

## SIDEC, o que vem a ser?

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) escolheu os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil como prováveis cobaias para a implantação do Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec), que pretende estabelecer novos critérios de avaliação para progressão e promoção nas diversas carreiras da administração pública federal.

O programa Propessoas, que voltou a ser discutido no início deste ano, é a instrumentalização do Sidec dentro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Se a experiência der certo na RFB, o governo federal pretende estendê-la para outros órgãos como a Polícia Federal e a Advocacia Geral da União. A discussão de uma Lei Orgânica para todos os servidores e de um Código de Conduta faz parte do plano inicial de implantação do Propessoas.

**SEM RESPALDO** – O Sidec foi apresentado por técnicos do MPOG ao Unafisco Sindical e às outras entidades representativas do Fisco no dia 14 de novembro, em plena cam-

panha salarial. O Unafisco Sindical avalia que a proposta é um assunto contrabandeado e sem respaldo da categoria, cuja apresentação naquele momento serviu apenas para tumultuar ainda mais a negociação.

Em face da imposição do governo federal o Unafisco e as demais entidades aceitaram participar daquele encontro e de outra reunião no mesmo dia para tratar da questão do fosso salarial.

**CONTEÚDO POLÊMICO** – A proposta do governo federal contém critérios polêmicos como o percentual máximo de 30% para a promoção anual dos servidores e a exclusão do fator antiguidade para efeito da progressão. “O funil está muito estreito. Não podemos aceitar que, no caso dos AFRFB, por critérios dissonantes da nossa atividade, a grande maioria seja excluída do processo”, protesta Vera Balieiro, presidente da DS/RJ do Unafisco Sindical.

O Sidec prevê, ainda, que a avaliação individual será feita somente pelas chefias imediatas e os servidores que não atingirem determinado percentual de avaliação não serão promovi-



**Para Vera, a categoria não pode aceitar que a maioria seja excluída do processo, por critérios dissonantes da atividade**

dos. A composição do índice de pontuação não é transparente e tampouco apresenta uma ponderação dos vários fatores que serão considerados.

O índice de pontuação do Sidec pretende ser utilizado na RFB como critério de preferência nos concursos de remoção, liberação de AFRFB para cursos de longa duração, seleção e preenchimento de cargos de confiança e premiação por desempenho destacado. O Sidec/Propessoas seria também

a ferramenta para tentar solucionar a “pirâmide invertida” na RFB (muitos AFRFB no topo e poucos servidores na base), considerada pela Administração um problema. Neste caso específico, a fórmula proposta seria a criação dos “cargos de gerência” no órgão. “O sistema pode se tornar um meio de favorecimento dos apadrinhados da Administração e de perseguição de outros servidores”, alerta Vera Balieiro.

**LEIA MAIS, PÁGINA 4**

**Auditores fiscais encerram o ano sem boas perspectivas para a campanha salarial**

Pag. 2

**Líderes sindicais da categoria alertam contra perseguição na RFB**

Pag. 3

# Pires na mão, não!

**O**s auditores-fiscais de todo o País chegam ao final do ano sem perspectivas positivas para a nossa campanha salarial. As negociações com o governo federal estão emperadas e o clima de incertezas aumentou, principalmente, depois da derrota da emenda constitucional que prorrogava a CPMF até 2011.

O impasse no qual nos encontramos é resultado da linha errática que a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unafisco Sindical adotou nas negociações com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e com o Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG). A DEN não tomou iniciativas e esteve a reboque do governo federal durante toda a campanha salarial.

O espírito concessivo com a Administração, adotado pelo Unafisco Sindical, desarmou a categoria e não apresentou alternativas concretas para conquistarmos nossas reivindica-

ções. O nosso desafio, agora, é superar a posição estritamente reativa e mobilizarmos a categoria para criar um novo parâmetro de negociação com o governo federal. Especialmente após a reunião do dia 20 de dezembro, quando o próprio presidente do Unafisco explicitou entender que as 10 reuniões havidas não significaram a existência de negociação.

Esse caminho já foi aberto na Polícia Federal (PF) e na Advocacia Geral da União (AGU), que possuem o subsídio desde julho de 2006 e conquistaram reajustes, mesmo que escalonados. A negociação do governo federal com os servidores da PF prevê um calendário de recomposição do subsídio que começou em setembro deste ano e se estende até fevereiro de 2009. O escalonamento na AGU previsto no acordo assinado com o governo em 1º de novembro estabelece os efeitos financeiros a partir daquele mês até abril de 2009.

O espírito concessivo, adotado pelo Unafisco, desarmou a categoria e não apresentou alternativas concretas para conquistarmos nossas reivindicações

É fato que a conjuntura externa mudou a partir da rejeição da emenda constitucional que prorrogava a CPMF. O governo federal também ameaça cortar os reajustes dos servidores públicos para enfrentar a perda de receita e recompor o orçamento da União para o próximo ano. Esse cenário não é novo para a nossa categoria e não será a primeira vez que os auditores-fiscais serão convidados a pagar o preço da incompetência administrativa e das políticas econômicas equivocadas.

As conquistas que tivemos sempre se deram sob ambiente de adversidades e de enfrentamento com a Administração. Isso não significa de forma alguma que não tenha havido diálogo ou que se tenha de abando-

ná-lo e adotar comportamentos extremados. Pelo contrário, é preciso conciliar a negociação com uma forte mobilização da categoria.

A campanha salarial do ano passado já nos deu a régua e o compasso para enfrentar a insensibilidade, as ameaças e a falta de compromisso do governo federal com os auditores-fiscais. Portanto, é necessário que a atual direção nacional do Unafisco abandone a postura dependente e obsequiosa que vem adotando frente à Administração Superior da RFB porque, além de ser indigna e desmoralizante, a estratégia de pires na mão nunca rendeu frutos positivos para a nossa categoria.

**VERA BALIEIRO**  
PRESIDENTE DA DS/RIO

## EXPEDIENTE

O Agente Fiscal é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Unafisco Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Presidente: Vera Teresa Balieiro A. da Costa. Vice-Presidente: Lenine Alcântara Moreira. Secretário-Geral: Olavo Porfírio Cordeiro. 1º Sec. de Finanças: Luiz Gustavo Pereira Regadas. 2º Sec. de Finanças: Sonia Chaves Mesentier. Sec. de Assuntos Jurídicos: Luiz Fernando dos Santos Del-Penho. Sec. de Defesa Profissional: Alexandre Teixeira. Sec. de Atividades Especiais: Sílvia Maria F. de M. Vasconcellos. Sec. de Ass. de Aposentados: Maria Gláudia Férrer Mamede. Cons. Fiscal: Leunam Costa Leite, Ana Mary da Costa L. Carneiro, José Afonso Silva Ramos. Suplentes: Regina de F. da S. C. Hardman, Clotilde Guimarães, Jorge Clímaco Vieira. Cons. Editorial: Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Lenine Alcântara Moreira, Olavo Porfírio Cordeiro. Coordenação e Edição: Ronaldo de Moura. Redação: Pedro Barreto e Ronaldo de Moura. Repórter: Luciana Pacheco. DS/RJ: Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. Fone: (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax). E-mail: dsrj@unafisco-rj.org.br Site: www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3.500 exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

# Avaliação facilita perseguição

JULIO FERNANDES

A Casa Civil da Presidência da República vai, finalmente, encaminhar a mensagem da Convenção 151 para ser ratificada pelo Poder Legislativo. A convenção da OIT trata de garantias e de proteção à atividade sindical na esfera pública e reúne um conjunto de normas contra a discriminação e a ingerência do Poder Público nas organizações dos servidores. O anúncio foi feito durante a 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, na primeira semana de dezembro.

O compromisso do governo firmado com as centrais sindicais soa como um recado para a Receita Federal do Brasil (RFB). O ambiente de perseguição contra os auditores-fiscais que se dedicam à atividade sindical ficou mais acirrado em meados do ano passado, quando o secretário Jorge Rachid apresentou uma queixa-crime contra o então presidente do Unafisco Sindical, Carlos André.



## QUEIXA-CRIME INFUNDADA

– O mote para a ação judicial foi uma declaração de Carlos André sobre denúncias de que havia inquéritos sendo obstruídos no âmbito da Corregedoria da Receita Federal. “Era importante falar sobre o assunto porque ele não era de conhecimento de todos. O que eu falei era de conhecimento do Ministério Público Federal

e estava na ação judicial por improbidade movida pelo MPF. Tratava-se também de defender atribuições, prerrogativas e segurança na atividade fiscal, pois os AFRFs não podem fiscalizar e investigar com medo de punição sem respeito ao devido processo legal. Estávamos no meio de uma forte campanha salarial e vínhamos de vitórias que batiam de

frente com a cúpula da Receita”, explica Carlos André.

O secretário da RFB, contudo, foi derrotado nessa investida, pois a ação já foi rejeitada, em 1ª instância, pelo Judiciário, por completa falta de justa causa. O juiz não vislumbrou a intenção de injuriar ou caluniar Jorge Rachid, pois entendeu que a declaração se restringia a mera narração de fatos.

De acordo com o entendimento judicial, “(...) O entrevistado Carlos André apenas informa que a comissão foi destituída por determinação do querelante, nada havendo de ofensivo em tal frase (...) Em síntese, (...), não foi possível inferir qualquer ofensa ao querelante, além de os querelados quererem noticiar fatos relacionados com a acusação do ministério Público que imputa, ao querelante, atos de improbidade administrativa, fato este por ele não negado em todo o seu arrazoado.”

## LIDERANÇAS SÃO PERSEGUIDAS NOS ESTADOS

Neste ano, um outro tipo de coerção voltou à cena na RFB: o rebaixamento na avaliação dos auditores-fiscais ligados ao sindicato, com conseqüente efeito nos rendimentos. Em setembro, a Superintendência da 8ª Região Fiscal, em Campinas, orientou os delegados e inspetores para que as avaliações programadas fossem mais rigorosas e que não se concedesse nota máxima aos servidores avaliados.

No entanto, pelo que se tem notícia, esse critério foi utilizado apenas para a avaliação do auditor-fiscal Paulo Alvim, ex-presidente da DS/Campinas por quatro anos que, atualmente, ocupa a Vice-Presidência do sindicato local. “O prejuízo financeiro não é a parte importante,

mas sim a interferência velada, com sua conotação política, que tenta desqualificar o trabalho sindical e pressionar outras lideranças. Até onde sei apenas eu e outro AFRF recebemos esse avaliação rebaixada. Será uma coincidência?”, questiona.

O caso do auditor-fiscal Mário Mendes, diretor-financeiro da DS/Curitiba e candidato da chapa Unafisco de Todos na eleição nacional, seria a outra “coincidência”. “Antes da avaliação, minha agenda sindical foi sendo prejudicada diante das cobranças da chefia local. Uma espécie de assédio moral passou a ser praticado. A avaliação rebaixada foi o desfecho”, diz. Os dois já entraram com recursos administrativos para reverter a situação.

**REAÇÃO DA DS/RJ** – É necessário que os filiados da DS/RJ saibam dos fatos ocorridos pelo País e os repudiem. Os auditores-fiscais não podem desconhecer o potencial de arbitrariedade que as avaliações individuais têm apresentado, especialmente quando na Campanha Salarial, a SRF vem exigindo seja mantida uma avaliação individual de desempenho, mesmo com a remuneração sob a forma de subsídio. O impasse criado foi um dos fatores que prolongou as negociações até à crise da CPMF e é motivo de preocupação.

O vice-presidente da DS/Rio de Janeiro, Lenine Moreira, afirma que esta situação tem trazido muitas preocupações para a categoria.

“Não identificamos nenhum caso como esse na nossa base, mas é evidente que perseguições desse tipo nos causam indignação. Devemos ter em mente que a atividade sindical é mais do que um direito do servidor público, ela é prevista na Constituição Federal e se sustenta em farta jurisprudência dos nossos tribunais. Não pode, portanto, ficar ao talante do administrador se respeita ou não o exercício dessa atividade, nem utilizar o instrumento da “avaliação individual”, para reprimi-la. A direção sindical no Rio de Janeiro, que tem atuado na defesa intransigente do legítimo exercício da atividade sindical, entende que é preciso reagir a fatos como esses, onde quer que ocorram.

# Homenagem à Revolta da Chibata

A vida do auditor-fiscal Valter Brito sempre esteve ligada ao mundo das artes. Ele começou com a pintura e quatro anos atrás evoluiu para a escultura. O incentivo para investir nessa modalidade veio de um amigo, que se tornou seu primeiro modelo. O trabalho ficou pronto em apenas quatro dias. Nascia, ali, um escultor engajado.

Uma outra peça em homenagem a Hércules Correia, ex-dirigente do PCB, chamou a atenção do deputado federal Edson Santos (PT), que deu a idéia: por que não esculpir o Almirante Negro, João Cândido, líder da Revolta da Chibata? Valter aceitou o desafio e começou os estudos para elaborar a peça, que tem três metros de altura e está exposta no Museu da República desde o dia 22 de novembro, data comemorativa da Revolta da Chibata.

Até chegar ao Museu da República, contudo, Valter teve que travar uma nova batalha. Depois de ter o projeto aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico



**Deputado Edson Santos, Valter Brito, ministra Matilde Ribeiro, a oficial de Justiça do TJ-RJ Nícia Mufarrej e os auditores-fiscais Regina Hardman e Álvaro Veiga**

Nacional (Iphan) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), a prefeitura do Rio não autorizou a instalação da estátua do Comandante Negro na Praça XV, em

frente à estação das barcas. “O prefeito César Maia havia autorizado e, depois, voltou atrás”, lamenta o artista. Uma versão reduzida da estátua ficará exposta na DS/Rio.

“Dedico este trabalho àqueles que nos deixaram e também aos companheiros Auditores do Rio de Janeiro e do Brasil que ainda vivem este momento de luta contra a incompreensão dos que nos açoitam e nos perseguem com prováveis e descabidas segundas intenções”, afirma Valter.

**A ESCULTURA** – A peça idealizada e executada por Valter é de bronze e retrata as condições do líder, na época com 30 anos de idade. A estátua mostra um João Cândido magro, com as unhas grandes, veias das mãos inchadas, com ventos marinhos em suas vestes, caminhando “sobre as pedras do cais”, segurando o timão com a chibata deitada como que ofertando aquele momento de glória e pretensa paz com um leve sorriso. Para o filho do líder da Revolta da Chibata, Adalberto Cândido, a estátua é o primeiro passo para que seu pai seja reconhecido como herói. “É uma lição de vida, uma lição de dignidade. O essencial na pessoa é dignidade e meu pai teve muita”, afirma.

## SIDEC

# DS/Rio propõe adiar discussão

É de se estranhar o fato de a proposta do Sidec ter sido apresentada pelo governo federal durante a campanha salarial da categoria. “O momento para discutir essa proposta é inoportuno. Será que o objetivo da RFB é transformar o Sidec/Propessoas em moeda de troca?”, questiona Vera Balieiro.

A dirigente entende que uma discussão que envolve critérios de progressão e promoção na carreira não pode se dar de maneira açodada como pretende o governo. “O Sidec traz uma

mudança profunda na avaliação e aferição da capacidade do servidor, além de possuir parâmetros que não se aplicam indistintamente a todos”, pondera Vera.

A presidente da DS/RJ considera também que a amplitude da proposta e a pretensão do governo de estendê-la a outras categorias do serviço público justifica uma discussão no âmbito de uma mesa de negociação específica com representantes das entidades dos servidores com tempo, transparência e democracia.